



CAPÍTULO 5 | Planejamento e Participação Social



5. PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social no Sistema Estadual de Planejamento do Estado da Bahia está estreitamente vinculada à Política de Desenvolvimento Territorial, introduzida pelo estado, principalmente a partir de 2007 na elaboração do PPA 2008-2011. Portanto, para conhecer o processo de participação social no planejamento se faz necessário compreender essa política.

A POLÍTICA TERRITORIAL, SEUS INSTRUMENTOS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A adoção dos Territórios de Identidade foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia, pois, não apenas, revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado, como também estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas: em vez de o Governo planejar para a sociedade, passa a fazer isto com a sociedade. E, para tanto, precisa respeitar a organização espacial a qual a população se sente pertencer e naturalmente estabelece seus vínculos e inter-relações.

Desta forma, ao longo dos últimos anos, o Governo do Estado da Bahia vem adotando instrumentos que articulam as suas políticas públicas com os territórios, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais e ampliando assim a efetividade das suas ações governamentais, além de promover o fortalecimento de uma democracia mais participativa.

Com isso, a fim de tratar a política territorial como uma política não mais governamental, mas de Estado, em 29 de dezembro de 2014, foi publicada a

Lei nº 13.214, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituindo também, através desta Lei, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – Cedeter

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à Seplan, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia. Foi, primeiramente, instituído pelo Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010 e, posteriormente, pela Lei nº 13.2014/14.

Para reafirmar a importância da iniciativa e a incorporação de instrumentos de controle e participação social na Bahia, o Governo do Estado estabeleceu uma composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, através da representação de oito Secretarias de Estado e oito membros dos Colegiados Territoriais.

O Cedeter é uma proposta pioneira no País, sendo a Bahia o primeiro estado a institucionalizar esse instrumento de gestão participativa. A iniciativa consolida o modelo e estabelece novas bases para o planejamento e execução de políticas públicas que fortalecem a inclusão e a participação social.

O Cedeter é composto pelas Secretarias de Saúde (Sesab), Educação (SEC), Cultura (Secult), Desenvolvimento Urbano (Sedur), Relações Institucionais (Serin), Agricultura (Seagri), Meio Ambiente (Sema), Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Sihs), Segurança Pública (SSP), Desenvolvimento Rural (SDR), que exerce a vice-presidência, e a Secretaria do Planejamento (Seplan), que preside o Conselho.

O Cedeter já discutiu e encaminhou questões importantes para a Política Territorial, a exemplo das alterações de toponímias e limites dos Territórios de Identidade, o processo de mobilização da escuta social do PPA, o debate sobre os projetos de leis da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, homologação dos Codeter e a implantação da Agenda Territorial da Bahia AG-TER.

COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Codeter

O fortalecimento das políticas territoriais no Brasil, a partir de 2003, favoreceu o surgimento e a consolidação dos colegiados, o que significou uma nova etapa na forma de construção de políticas públicas, tornando-a mais democrática, transparente e participativa.

O Codeter é o fórum de discussão e de participação social presente em todos os Territórios de Identidade. Trata-se de um espaço de planejamento, cogestão e concertação de políticas públicas, programas e projetos. Cada Território de Identidade possui um colegiado, composto por representantes de organizações da sociedade, que devem representar toda a diversidade social do território, e de órgãos e instituições públicas municipais, estaduais e federais. O Codeter tem composição paritária com, pelo menos, 50% da sociedade civil e, no máximo de, 50% do poder público.

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO – PPA-P E CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DO PPA – Cappa

O primeiro Plano Plurianual Participativo – PPA-P na Bahia ocorreu em 2007, fruto de uma iniciativa até então inédita no Brasil e que teve o objetivo de assegurar maior diálogo entre Estado e sociedade para a construção de políticas públicas, e mais transparência nas ações do governo. Naquela oportunidade, 16 cidades da Bahia foram sedes de plenárias que reuniram representantes dos 26 Territórios de Identidade, entre os meses de maio e junho. No total, mais de 12 mil pessoas participaram das plenárias territoriais e cerca de 40 mil se envolveram nas reuniões preparatórias nos territórios.

Após o PPA 2008-2011, os Planos subsequentes, 2012-2015 e 2016-2019, também foram construídos com a participação social nos 27¹ Territórios de Identidade, contando com a introdução de novos arranjos e instrumentos para aprimoramento do seu processo de Escuta Social.

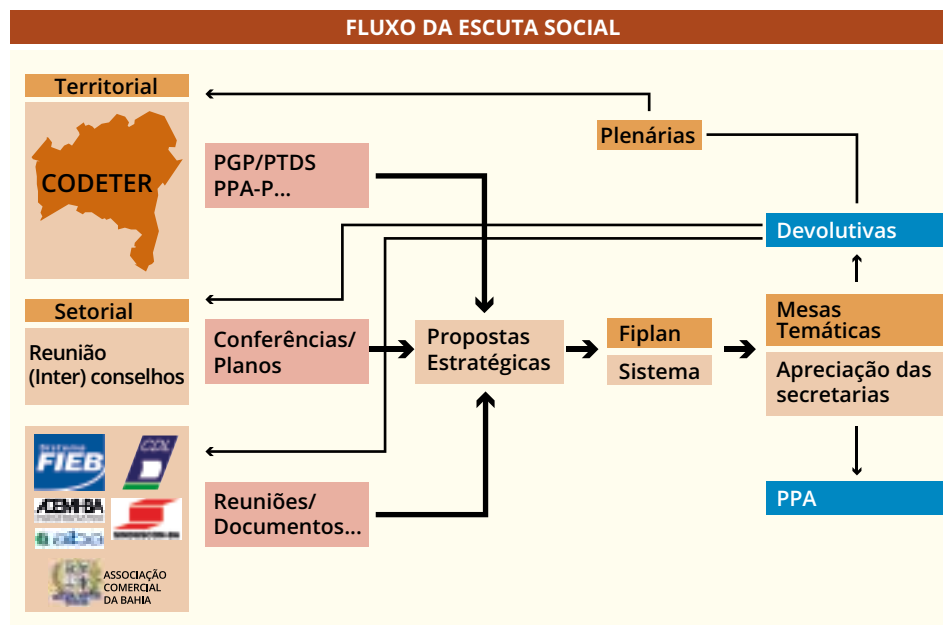
Assim, além de promover a construção de um plano mais sintonizado com as demandas da sociedade, o governo fortaleceu os instrumentos de transparência, com a criação do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual – Cappa, composto por representantes da sociedade eleitos nas plenárias territoriais do PPA, e cuja função é acompanhar a execução do plano e mediar o diálogo entre a sociedade e o estado.

Também para a elaboração do PPA 2016-2019, a participação social teve destaque. O fluxo, a seguir, sistematiza todo o processo de escuta social do PPA Participativo 2016-2019.

Apreciando o fluxo, destacamos os avanços e processos da metodologia para a participação social:

- Ampliação da escuta social para duas dimensões: a territorial e a setorial (antes era apenas territorial).
- Reunião dos Conselhos Estaduais para discutir temas transversais.

1 – A partir do PPA 2012-2015 foi criado o 27º território, a partir da divisão do Território Extremo Sul, sendo criado o Território Costa do Descobrimento.



- Sistematização das propostas históricas elaboradas pelos Codeter, Conselhos Estaduais e entidades do setor produtivo para a formulação de Propostas Estratégicas.
- Inserção das Propostas Estratégicas no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Governo do Estado da Bahia – Fiplan.
- Possibilidade de associação das Propostas Estratégicas aos Compromissos e Metas do PPA a fim de permitir a emissão de relatórios sobre o seu aproveitamento na formulação do PPA (inclusão/não-inclusão) e execução dos programas através do monitoramento das Leis Orçamentárias Anuais – LOA.

Assim, o processo de escuta social do PPA Participativo 2016-2019 avançou progressivamente, garantindo uma maior efetividade em suas ações. Ao todo, o processo alcançou 2.298 participantes e selecionou 1.080 propostas, sendo 48% destas incorporadas aos programas do PPA Participativo 2016-2019.

A Tabela 1, a seguir, demonstra o quanto das propostas advindas da escuta social do PPA foram associadas aos compromissos e metas do atual PPA.

TABELA 1	PROPOSTAS DA ESCUTA SOCIAL DO PPA 2016-2019 POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE			Bahia, 2016
Território	Propostas Indicadas	Propostas Associadas		% de Propostas Associadas
		Total	Parcial	
Sertão do São Francisco	43	16	8	55,8%
Bacia do Rio Grande	51	18	7	49,0%
Bacia do Baramirim	47	21	5	55,3%
Sertão Produtivo	40	18	10	70,0%
Piemonte do Paraguaçu	40	18	8	65,0%
Bacia do Jacuípe	42	21	6	64,3%
Piemonte da Diamantina	32	14	4	56,3%
Semiárido do Ne II	40	14	8	55,0%
Litoral Norte e Agreste Baiano	50	14	13	54,0%
Irêce	39	15	7	71,8%
Velho Chico	40	20	7	67,5%
Chapada Diamantina	40	16	13	72,5%
Sisal	42	18	10	66,7%
Litoral Sul	43	17	11	65,1%
Baixo Sul	43	17	6	53,5%
Extremo Sul	41	14	6	48,8%
Médio Sudoeste	40	9	11	50,0%
Vale do Jiquiriçá	43	18	10	65,1%
Portal do Sertão	41	11	9	48,8%
Vitória da Conquista	40	17	8	62,5%
Recôncavo	42	15	4	45,2%
Médio Rio de Contas	44	13	10	52,3%
Bacia do Rio Corrente	43	15	8	53,5%
Itaparica	42	13	10	54,8%
Piemonte Norte do Itapicuru	40	12	8	50,0%
TMS	41	14	13	65,9%
Costa do Descobrimento	43	11	13	55,8%
TOTAL	1.132	419	233	57,6%

Fonte: Fiplan 2016

DIÁLOGOS TERRITORIAIS

Os primeiros Diálogos Territoriais ocorreram entre os meses de abril e junho de 2010 e foram promovidos pelo Cappa e pela Coordenação Estadual dos Territórios – CET, com o apoio das Secretarias do Planejamento – Seplan e de Relações Institucionais – Serin, nos 26 Territórios de Identidade, com a participação de, aproximadamente, 2,6 mil pessoas. O objetivo do evento foi promover uma discussão sobre política territorial, o fortalecimento do papel dos membros do Cappa com maior integração junto aos colegiados territoriais e, também, a prestação de contas das ações de governo, desde 2007, nos Territórios de Identidade.

Em 2013, ocorreu a segunda rodada dos Diálogos Territoriais em 20 Territórios de Identidade, desta vez promovida pela Secretaria do Planejamento – Seplan.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PTDS

O PTDS é o principal instrumento orientador das estratégias e intervenções no território, tendo como objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável. Ele é resultado do amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores do território, tanto do poder público como da sociedade civil organizada.

É importante ressaltar que o PTDS é um instrumento elaborado pelo território, para o território, qualificando, significativamente, as suas demandas e proposições para os órgãos públicos nas diversas esferas. Também é fonte de informação para a elaboração/revisão do seu Planejamento Estratégico, do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, da Escuta Social do PPA e de outros planos setoriais.

Nesse ano de 2016, se está elaborando e requalificando os PTDS dos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO – ZEE

O ZEE é um instrumento de gestão utilizado para orientar os investimentos públicos e privados, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental.

O território baiano foi dividido em 36 zonas que reúnem características físicas, ambientais e socioeconômicas similares. São propostas diretrizes gerais e específicas visando o uso e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, com orientações relacionadas ao uso e ocupação do solo em cada zona, considerando a sua vulnerabilidade natural e social, fragilidade ambiental e potencialidades socioeconômicas.

Sua importância para a Bahia está em apontar:

- As áreas adequadas à implantação de arranjos socioprodutivos específicos;
- Os locais que devem ser protegidos devido à maior vulnerabilidade ambiental;
- As regiões que se encontram degradadas ou em estado de degradação que deverão ser objeto de ações de recuperação.

Desde promulgação da sua Constituição Estadual (1989), a Bahia vive com este vazio legal: a ausência do ZEE². Esse fato responde por parcela significativa dos conflitos existentes entre os investimentos de médio e grande portes propostos para o estado, e a necessidade de preservação do meio ambiente, estabelecendo um inseguro e demorado processo de licenciamento ambiental.

Sob a coordenação da Seplan e da Secretaria do Meio Ambiente – Sema, em 2013, iniciou-se o processo de consulta popular que findou em abril de 2014, com a realização de 27 consultas territoriais, 14 audiências públicas em diferentes regiões, reuniões em diversos conselhos estaduais (Ceplan, CONERH, Cedeter, CEDRS etc.) e segmentos empresariais, além da comunidade acadêmica, para a discussão das diretrizes estabelecidas para o zoneamento.

2 – Maiores informações sobre o ZEE acesse: www.zee.ba.gov.br.

CONSÓRCIO PÚBLICO

Os consórcios públicos são uma modalidade de associação entre entes federativos (União, Estado e Municípios) com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de atividades de um modo geral ou de serviços públicos de interesse comum de alguns ou de todos os consorciados. São autarquias que compõem a administração indireta dos entes consorciados.

Desde 2009, a Seplan vem trabalhando em conjunto com as demais Secretarias do Estado para estimular e apoiar a formação de consórcios públicos na Bahia, reunindo-se com prefeitos, associações municipais e colegiados territoriais. O objetivo é introduzir na política territorial esse poderoso instrumento de cooperação federativa, que atua como braço executivo do Território de Identidade, uma vez que os Codeter são espaços de representação política, mas não executam políticas públicas.

Trata-se, portanto, de um importante instrumento que viabiliza a melhoria da gestão pública e a racionalização no uso do dinheiro público, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de políticas e ações compartilhadas

e em escala territorial mais viável. A criação de consórcios públicos possibilita ainda a descentralização da prestação de serviços, maior racionalidade na elaboração e implementação das políticas públicas, e promove a visão territorial do desenvolvimento.

A Bahia possui, hoje, 34 consórcios públicos formalizados, a maioria apoiado pelo Governo do Estado e com abrangência territorial.

Cabe destacar que esses consórcios foram formados atendendo a três premissas básicas:

- Múltipla finalidade – O consórcio poderá atuar em diversas áreas, como planejamento regional, saneamento, transporte urbano e intermunicipal, infraestrutura, turismo, trânsito, assistência social, educação, meio ambiente, desenvolvimento rural, apoio à gestão municipal etc.
- Território de Identidade como referência espacial.
- Controle Social – prévio estabelecimento, no contrato do consórcio público, de conselho consultivo formado, exclusivamente, por representantes da sociedade civil responsável por monitorar e opinar sobre as atividades desenvolvidas pelo consórcio.

Nos últimos anos a política de apoio à formação de consórcios públicos pelo Governo da Bahia vem conseguindo bons resultados, a exemplo da liderança dos consórcios da Bahia na captação de recursos federais, por meio de convênios, como pode ser visto na tabela seguinte:

Como pode ser visto, entre 2013 e 2015, o Governo Federal repassou mais de R\$ 330 milhões, tendo a Bahia captado mais de R\$ 206 milhões, o que representa 62% do total de recursos repassados.

Os consórcios também atuam celebrando parcerias com órgãos do governo estadual implementando ações nas áreas de:

- Gestão ambiental compartilhada;
- Infraestrutura hídrica (enfrentamento dos efeitos da seca);
- Regularização fundiária;
- Cadastro florestal;

TABELA 2	VALORES REPASSADOS PELO GOVERNO FEDERAL AOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS POR ESTADO NO PERÍODO DE 2013 A 2015		Bahia, 2015
Estado	Valor de Repasse (R\$)		
	2013	2014	2015
BA	115.975.448,31	88.737.229,73	1.489.740,03
PR	14.425.533,70	5.630.485,73	7.828.190,08
PE	5.773.946,75	5.339.078,04	-
SC	4.518.926,60	2.967.149,00	4.069.886,43
RS	4.967.922,52	1.613.628,72	10.747.060,84
MS	650.697,32	1.519.122,26	494.460,00
MT	1.471.205,67	1.280.000,00	850.000,00
SP	1.946.098,12	735.000,00	-
RN	-	-	396.000,00
PB	-	-	350.000,00
MG	42.875.523,35	698.547,00	321.814,36
TOTAL	192.605.347,34	111.183.281,48	26.547.151,74

Fonte: Siconv

- Manutenção de estradas;
- Planos de saneamento;
- Entre outras.

Como parte da estratégia de consolidação do desenvolvimento territorial em curso na Bahia, em 2012, foi criado pelos representantes dos consórcios intermunicipais o Fórum dos Consórcios Públicos da Bahia com o objetivo de implementar ações de fortalecimento e articulação dos Consórcios Públicos Territoriais. Em julho de 2016 foi formalizada a Federação dos Consórcios Públicos da Bahia – FECBAHIA, associação formada por 22 Consórcios Públicos.

AGENDA TERRITORIAL DA BAHIA – AG-TER

A Agenda Territorial da Bahia – AG-TER é o mais novo instrumento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Implementado pelo Decreto nº 16.792 de 17 de junho de 2016, a AG-TER é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia (Seplan) através da articulação de ações que buscam propiciar oportunidades de desenvolvimento dos Territórios de Identidade do Estado, mediante a integração de esforços entre diversos atores públicos e privados de diferentes segmentos, fomentando a cultura empreendedora para promover a geração de renda e a melhoria da condição de vida da população baiana.

A Agenda trabalha nas seguintes áreas de atuação:

- Identificação e execução de projetos produtivos;
- Ampliação de operações de crédito e financiamento bancário;
- Implantação de projetos estruturantes;
- Disseminação do empreendedorismo;
- Aprimoramento dos serviços públicos de assistência técnica; e
- Dinamização do ambiente de negócio.

Na promoção de seus objetivos, a AG-TER atuará sob a coordenação da Secretaria do Planejamento – SEPLAN e terá como estruturas de governança: o Grupo de Gestão Integrada – GGI (formada por secretários de Estado), o Grupo de Parceiros Institucionais – GPI (integrado por instituições que formalizaram a parceria), o Grupo Técnico de Trabalho – GT (formado por técnicos indicados pelas Secretarias) e os Comitês Territoriais da Agenda – CTA (formado pelos atores locais, tais como representantes do setor produtivo e da sociedade civil, além dos governos federal, estadual e municipal, agentes financeiros, instituições de ensino, consórcios públicos, agentes de apoio ao empreendedorismo, entre outros).

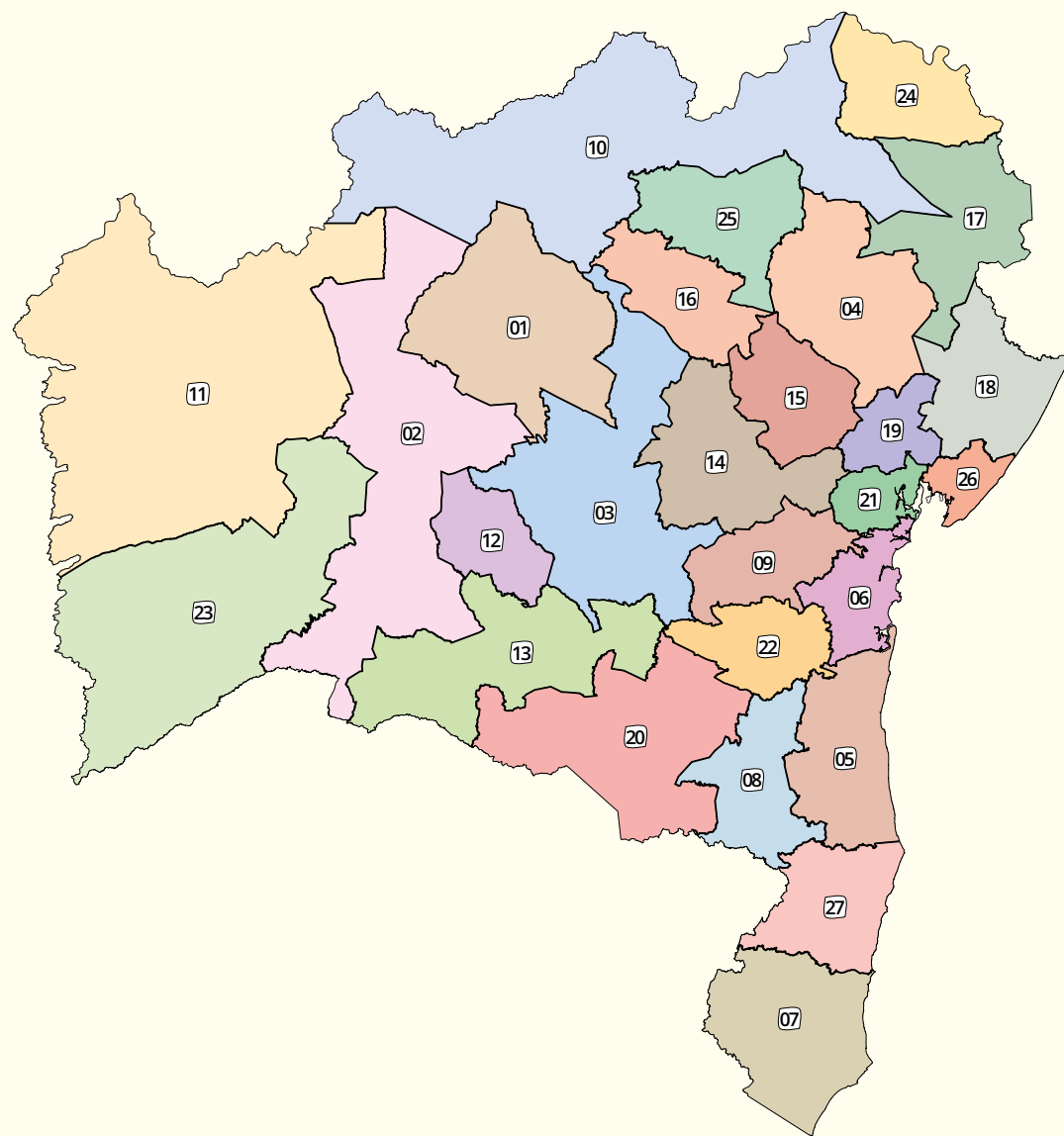
A AG-TER iniciou os seus trabalhos em quatro Territórios pilotos: Baixo Sul, Litoral Sul, Velho Chico e Irecê. Em pouco tempo de execução, já conseguiu uma ampla mobilização institucional com a participação dos bancos públicos de financiamento e fomento (BB, BNB, Caixa Econômica Federal e Desembahia), Sebrae, todas as universidades públicas (estaduais e federais), Ucsal, institutos federais, representações municipais (UPB e Fecbahia), além de órgãos dos governos estadual e federal.

MAPA 1

MUNICÍPIOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Bahia, 2016

Territórios de Identidade • (Número de Municípios)		
01	• Irecê	(20)
02	• Velho Chico	(16)
03	• Chapada Diamantina	(24)
04	• Sisal	(20)
05	• Litoral Sul	(26)
06	• Baixo Sul	(15)
07	• Extremo Sul	(13)
08	• Médio Sudoeste da Bahia	(13)
09	• Vale do Jiquiriçá	(20)
10	• Sertão do São Francisco	(10)
11	• Bacia do Rio Grande	(14)
12	• Bacia do Paramirim	(08)
13	• Sertão Produtivo	(20)
14	• Piemonte do Paraguaçu	(13)
15	• Bacia do Jacuípe	(15)
16	• Piemonte da Diamantina	(09)
17	• Semiárido Nordeste II	(18)
18	• Litoral Norte e Agreste Baiano	(20)
19	• Portal do Sertão	(17)
20	• Sudoeste Baiano	(24)
21	• Recôncavo	(19)
22	• Médio Rio de contas	(16)
23	• Bacia do Rio Corrente	(11)
24	• Itaparica	(06)
25	• Piemonte Norte do Itapicuru	(09)
26	• Metropolitano de Salvador	(13)
27	• Costa do Descobrimento	(08)



Fonte: SEI, 2016

MUNICÍPIOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE		Bahia, 2016
Território de Identidade	Municípios	
01 Irecê	América Dourada – Barra do Mendes – Barro Alto – Cafarnaum – Canarana – Central – Gentio do Ouro – Ibipeba – Ibititá – Ipupiara – Irecê – Itaguaçu da Bahia – João Dourado – Jussara – Lapão – Mulungu do Morro – Presidente Dutra – Uibaí – São Gabriel – Xique-Xique.	
02 Velho Chico	Barra – Bom Jesus da Lapa – Brotas de Macaúbas – Carinhanha – Feira da Mata – Ibotirama – Igaporã – Malhada – Matina – Morpará – Muquém do São Francisco – Oliveira dos Brejinhos – Paratinga – Riacho de Santana – Serra do Ramalho – Sítio do Mato.	
03 Chapada Diamantina	Abaíra – Andaraí – Barra da Estiva – Boninal – Bonito – Ibicoara – Ibitiara – Iramaia – Iraquara – Itaetê – Jussiape – Lençóis – Marcionílio Souza – Morro do Chapéu – Mucugê – Nova Redenção – Novo Horizonte – Palmeiras – Piatã – Rio de Contas – Seabra – Souto Soares – Utinga – Wagner.	
04 Sisal	Araci – Barrocas – Biritinga – Candeal – Cansanção – Conceição do Coité – Ichu – Itiúba – Lamarão – Monte Santo – Nordestina – Queimadas – Quijingue – Retirolândia – Santaluz – São Domingos – Serrinha – Teofilândia – Tucano – Valente.	
05 Litoral Sul	Almadina – Arataca – Aurelino Leal – Barro Preto – Buerarema – Camacan – Canavieiras – Coaraci – Floresta Azul – Ibicaraí – Ilhéus – Itabuna – Itacaré – Itaju do Colônia – Itajuípe – Itapé – Itapitanga – Jussari – Maraú – Mascote – Pau-Brasil – Santa Luzia – São José da Vitória – Ubaitaba – Una – Uruçuca.	
06 Baixo Sul	Aratuípe – Cairu – Camamu – Gandu – Ibirapitanga – Igrapiúna – Ituberá – Jaguaripe – Nilo Peçanha – Piraí do Norte – Presidente Tancredo Neves – Taperoá – Teolândia – Valença – Wenceslau Guimarães.	

07 Extremo-Sul	Alcobaça – Caravelas – Ibirapoã – Itamaraju – Itanhém – Jucuruçu – Lajedão – Medeiros Neto – Mucuri – Nova Viçosa – Prado – Teixeira de Freitas – Vereda.
08 Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba – Firmino Alves – Ibicuí – Iguai – Itambé – Itapetinga – Itarantim – Itororó – Macarani – Maiquinique – Nova Canaã – Potiraguá – Santa Cruz da Vitória.
09 Vale do Jiquiriçá	Amargosa – Brejões – Cravolândia – Elísio Medrado – Irajuba – Itaquara – Itiruçu – Jaguaquara – Jiquiriçá – Lafayette Coutinho – Laje – Lajedo do Tabocal – Maracás – Milagres – Mutuípe – Nova Itarana – Planaltino – Santa Inês – São Miguel das Matas – Ubaíra.
10 Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes – Canudos – Casa Nova – Curaçá – Juazeiro – Pilão Arcado – Remanso – Sento Sé – Sobradinho – Uauá.
11 Bacia do Rio Grande	Angical – Baianópolis – Barreiras – Buritirama – Catolândia – Cotegipe – Cristópolis – Formosa do Rio Preto – Luís Eduardo Magalhães – Mansidão – Riachão das Neves – Santa Rita de Cássia – São Desidério – Wanderley.
12 Bacia do Paramirim	Boquira – Botuporã – Caturama – Erico Cardoso – Ibipitanga – Macaúbas – Paramirim – Rio do Pires.
13 Sertão Produtivo	Brumado – Caculé – Caetité – Candiba – Contendas do Sincorá – Dom Basílio – Guanambi – Ibiassucê – Ituaçu – Iuiu – Lagoa Real – Livramento de Nossa Senhora – Malhada de Pedras – Palmas de Monte Alto – Pindaí – Rio do Antônio – Sebastião Laranjeiras – Tanhaçu – Tanque Novo – Urandi.
14 Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim – Iaçú – Ibiquera – Itaberaba – Itatim – Lajedinho – Macajuba – Mundo Novo – Piritiba – Rafael Jambeiro – Ruy Barbosa – Santa Terezinha – Tapiramutá.

15 Bacia do Jacuípe	Baixa Grande – Capela do Alto Alegre – Capim Grosso – Gavião – Ipirá – Mairi – Nova Fátima – Pé de Serra – Pintadas – Quixabeira – Riachão do Jacuípe – São José do Jacuípe – Serra Preta – Várzea da Roça – Várzea do Poço.
16 Piemonte da Diamantina	Caém – Jacobina – Miguel Calmon – Mirangaba – Orolândia – Saúde – Serrolândia – Umburanas – Várzea Nova.
17 Semiárido Nordeste II	Ajustina – Antas – Banzaê – Cícero Dantas – Cipó – Coronel João Sá – Euclides da Cunha – Fátima – Heliópolis – Jeremoabo – Nova Soure – Novo Triunfo – Paripiranga – Pedro Alexandre – Ribeira do Amparo – Ribeira do Pombal – Santa Brígida – Sítio do Quinto.
18 Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba – Alagoinhas – Aporá – Araçás – Aramari – Cardeal da Silva – Catu – Conde – Crisópolis – Entre Rios – Esplanada – Inhambupe – Itanagra – Itapicuru – Jandaíra – Olindina – Ouriçangas – Pedrão – Rio Real – Sátiro Dias.
19 Portal do Sertão	Água Fria – Amélia Rodrigues – Anguera – Antônio Cardoso – Conceição da Feira – Conceição do Jacuípe – Coração de Maria – Feira de Santana – Ipecaetá – Irará – Santa Bárbara – Santanópolis – Santo Estêvão – São Gonçalo dos Campos – Tanquinho – Teodoro Sampaio – Terra Nova.
20 Sudoeste Baiano	Anagé – Aracatu – Barra do Choça – Belo Campo – Bom Jesus da Serra – Caetanópolis – Cândido Sales – Caraíbas – Condeúba – Cordeiros – Encruzilhada – Guajeru – Jacaraci – Licínio de Almeida – Maetinga – Mirante – Mortugaba – Piripá – Planalto – Poções – Presidente Jânio Quadros – Ribeirão do Largo – Tremedal – Vitória da Conquista.

21 Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu – Cachoeira – Castro Alves – Conceição do Almeida – Cruz das Almas – Dom Macedo Costa – Governador Mangabeira – Maragogipe – Muniz Ferreira – Muritiba – Nazaré – Salinas da Margarida – Santo Amaro – Santo Antônio de Jesus – São Felipe – São Félix – Sapeaçu – Saubara – Varzedo.
22 Médio Rio de Contas	Aiquara – Apuarema – Barra do Rocha – Boa Nova – Dário Meira – Gongogi – Ibirataia – Ipiaú – Itagi – Itagibá – Itamari – Jequié – Jitaúna – Manoel Vitorino – Nova Ibiá – Ubatã.
23 Bacia do Rio Corrente	Brejolandia – Canapolis – Cocos – Coribe – Correntina – Jaborandi – Santa Maria da Vitória – Santana – São Félix do Coribe – Serra Dourada – Tabocas do Brejo Velho.
24 Itaparica	Abaré – Chorrochó – Glória – Macururé – Paulo Afonso – Rodelas.
25 Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha – Antônio Gonçalves – Caldeirão Grande – Campo Formoso – Filadélfia – Jaguarari – Pindobaçu – Ponto Novo – Senhor do Bonfim.
26 Metropolitano de Salvador	Camaçari – Candeias – Dias D'Ávila – Itaparica – Lauro de Freitas – Madre de Deus – Mata de São João – Pojuca – Salvador – São Francisco do Conde – São Sebastião do Passé – Simões Filho – Vera Cruz.
27 Costa do Descobrimento	Belmonte – Eunápolis – Guaratinga – Itabela – Itagimirim – Itapebi – Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália.

Fonte: SEI